



**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DE 2011**

00 Ao décimo segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e onze, no auditório
01 do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, reuniram-se: NILTON REIS BATISTA-JÚNIOR
02 (Presidente da Câmara de Compensação Ambiental – CCA); DÁLIO RIBEIRO DE
03 MENDONÇA FILHO e ANTÔNIO QUEIROZ BARRETO (Superintendência de
04 Licenciamento e Fiscalização – SULFI/IBRAM); LEIDER ALVES DE OLIVEIRA e
05 ANDRÉA DA ROSA PEREIRA (Superintendência de Estudos, Programas,
06 Monitoramento e Educação Ambiental – SUPEM); PAULO CÉSAR MAGALHÃES
07 FONSECA e PAULO HENRIQUE OLIVEIRA BUENO (Superintendência de Gestão de
08 Áreas Protegidas – SUGAP/IBRAM); ALESSANDRA DO VALLE ABRAHÃO SOARES
09 (Unidade de Administração Geral – UAG/IBRAM); MARIANA MUNHOZ DA MOTA
10 (Procuradoria Jurídica do IBRAM - PROJU/IBRAM), bem como os membros da
11 Secretaria Executiva da CCA, RICARDO RORIZ e SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA,
12 para dar início aos trabalhos da primeira reunião do ano de 2011 da Câmara de

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

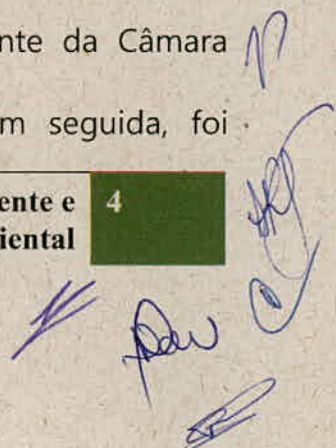


13 Compensação Ambiental, instituída pela Instrução nº 24, publicada no DODF nº 70,
14 de 13 de abril de 2010. Inicialmente, o Sr. RICARDO RORIZ solicitou autorização do
15 Presidente da Câmara para conduzir os trabalhos da reunião por se tratar da
16 primeira reunião do ano, o que foi prontamente atendido. Procedeu, então, à
17 apresentação dos procedimentos que serão adotados nas reuniões da Câmara, bem
18 como apresentou a pauta da reunião, na qual constava: Apresentação dos novos
19 membros do colegiado e da Secretaria Executiva; Apresentação do regimento
20 interno da CCA; Apresentação da planilha com diagnóstico das compensações
21 ambientais; Discussão sobre o procedimento adequado para a cobrança das
22 compensações já calculadas; Apresentação da proposta de reestruturação do Grupo
23 de Trabalho para elaboração do PADAR-2011; estabelecimento dos critérios para a
24 realização das próximas reuniões; aprovação do calendário e pautas para as
25 próximas reuniões, e outros assuntos. Superada essa etapa, o Sr. RICARDO RORIZ
26 apresentou aos presentes a estrutura da Câmara de Compensação Ambiental e
27 solicitou que os membros do colegiado e da secretaria executiva se apresentassem.
28 Na oportunidade, o Sr. NILTON REIS BATISTA JÚNIOR, Presidente da Câmara,
29 salientou que a Câmara de Compensação Ambiental é uma das prioridades da
30 atual gestão do IBRAM, e que os recursos advindos das compensações ambientais
31 são fundamentais para os programas de implantação e manutenção das unidades

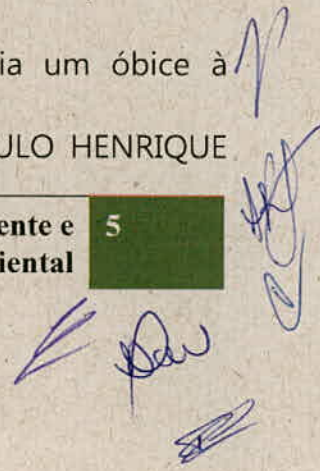


32 de conservação do Distrito Federal. Na sequência, o representante da Secretaria
33 Executiva apresentou o regimento interno da CCA, ressaltando a importância dos
34 Grupos de Trabalhos que poderão ser criados no âmbito da Câmara para realização
35 de trabalhos específicos e com prazo determinado, bem como as atribuições da
36 Secretaria Executiva, dentre elas, o acompanhamento da destinação e aplicação dos
37 recursos das compensações junto às unidades orgânicas do IBRAM. O Sr. DÁLIO
38 RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO perguntou se existem mecanismos de controle da
39 destinação e aplicação dos recursos das compensações, e se existe estrutura
40 suficiente para tal. Em resposta, o Sr. RICARDO RORIZ sustentou que há
41 necessidade de criação de uma estrutura maior para o acompanhamento das
42 compensações ambientais, com servidores que possam responder pelo
43 acompanhamento e que tenham competência regimental para isso; quanto aos
44 mecanismos de controle na aplicação dos recursos da compensação, informou que
45 há previsão na legislação que trata de compensação ambiental de como esses
46 recursos serão aplicados, e que a criação do Plano Anual de Diretrizes de Aplicação
47 dos Recursos da Compensação Ambiental é uma forma de garantir a adequada
48 aplicação desses recursos. A Sr.^a ALESSANDRA DO VALLE ABRAHÃO SOARES
49 chamou a atenção para o debate sobre a forma como os recursos das
50 compensações serão recebidos, alertando que, no caso de recebimento através de

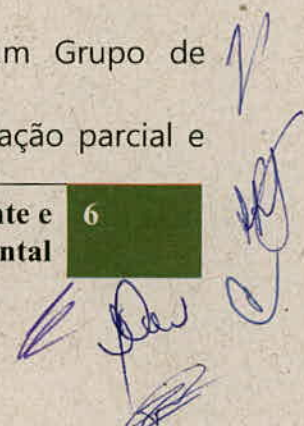
51 bens e serviços, existe uma complexidade maior no processo, já que exigiria um
52 acompanhamento prévio, durante e após a compensação; defendeu ainda que o
53 recebimento em recursos financeiros facilitaria esse acompanhamento, justificando
54 que, neste último caso, a aplicação desses recursos seguiria as normas e
55 procedimentos da execução orçamentária do próprio IBRAM, atendendo a
56 legislação de forma geral e, por consequência, garantindo maior controle na
57 aplicação dos recursos. O Sr. NILTON REIS BATISTA JÚNIOR alertou que será
58 necessária maior discussão sobre esse assunto, pois é preciso saber da
59 possibilidade de alocação desses recursos em alguma rubrica dentro do nosso
60 próprio orçamento, e se a comissão de licitação já está constituída, a fim de que a
61 execução dos recursos da compensação não "esbarre" nesses fatores. Voltando à
62 pauta, foi apresentada a forma como as reuniões da Câmara serão organizadas, o
63 Sr. DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO afirmou que seria interessante que, no
64 começo, as reuniões fossem feitas com maior frequência, de forma a acelerar o
65 andamento dos trabalhos. O Sr. RICARDO RORIZ sustentou novamente que a
66 criação de um núcleo ou coordenadoria de compensação ambiental é fundamental
67 para a resolução dos casos que requeiram urgência na apreciação e que não haja
68 tempo hábil para convocação de reunião da Câmara. O presidente da Câmara
69 afirmou que isso vai depender da reestruturação do IBRAM. Em seguida, foi



71 apresentado um diagnóstico atual das compensações ambientais em andamento, a
72 partir da criação do IBRAM, divididas em diversas categorias, tais como, com
73 valores afixados, serviços/obras, pagas ao IBRAM, pagas ao IBAMA e não pagas;
74 quanto às compensações anteriores à criação do IBRAM, o Sr. PAULO HENRIQUE
75 OLIVEIRA BUENO sugeriu que fossem tratadas à medida que fossem aparecendo; já
76 o Sr. LEIDER ALVES DE OLIVEIRA apontou que uma forma escalonada de resolver o
77 passivo de compensações anteriores a 2007, seria por ocasião da renovação das
78 licenças, através de estudo detalhado dos processos e definição do que falta
79 cumprir. Por sua vez, o representante da Secretaria Executiva justificou que a
80 maioria das compensações apresentadas no diagnóstico ainda não teve seus
81 valores calculados pelo fato de, à época, não haver um método próprio para o
82 cálculo, dentre outras razões; e que em alguns casos os valores foram definidos,
83 mas por motivos técnicos, não foram pagos. A Sr.^a ALESSANDRA DO VALLE
84 ABRAHÃO SOARES ressaltou novamente que o pagamento da compensação em
85 pecúnia dá celeridade ao processo. O Sr. PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA
86 ponderou que nem sempre o empreendedor quer pagar em pecúnia, por essa
87 razão, acha válido que seja definido um critério para cada caso particular.
88 Questionou-se se o caso da regularização dos parques não seria um óbice à
89 execução dos recursos da compensação, neste momento o Sr. PAULO HENRIQUE



90 OLIVEIRA BUENO disse que a equipe da SUGAP estaria providenciando a
91 regularização dos parques e UC.s, principalmente no que tange a inserção dos
92 mesmos no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. A representante da
93 UAG lembrou que, por ser uma fonte de arrecadação própria do IBRAM, na
94 eventual não execução de todos os recursos no ano fiscal, os recursos que sobram
95 são apurados em *superávit* no ano seguinte. O Sr. DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA
96 FILHO reforçou que não adianta ter recurso, se a regularização dos parques não
97 andar em paralelo. Depois disso, foi apresentado método de cálculo da
98 compensação ambiental aos membros do colegiado, com explicação do Sr.
99 ANTONIO QUEIROZ BARRETO de que o cálculo é efetuado pelo técnico do IBRAM,
100 subsidiado por informações prestadas pelo empreendedor, assinalando ainda a
101 existência de grande dificuldade encontrada pelos técnicos do licenciamento em
102 calcular o valor da compensação em alguns processos devido à desordem ou falta
103 de dados necessários. Em atenção a isso, O Sr. RICARDO RORIZ propôs que fosse
104 incluído como produto do Grupo de Trabalho responsável pelo PADAR, a
105 elaboração de Termo de Referência que sirva de subsídio para os empreendedores
106 apresentarem de formas mais precisa as informações usadas no cálculo da
107 compensação ambiental. O colegiado decidiu que será criado um Grupo de
108 Trabalho distinto, composto por três servidores da SULFI, com dedicação parcial e





109 duração de até quarenta e cinco dias, para elaborar o referido Termo de Referência
110 – TR, com posterior apreciação pelo colegiado da Câmara. Ainda sobre o método
111 de cálculo, a Sr.^a MARIANA MUNHOZ DA MOTA acrescentou que o método de
112 cálculo foi criado para atender decisão do Supremo Tribunal Federal exarada em
113 julgamento de ADI ajuizada contra artigo do SNUC que previa que o valor da
114 compensação ambiental não seria inferior a meio por cento do valor do
115 Empreendimento. Em seguida, conforme constante na pauta, foi colocado em
116 discussão a criação do Grupo de Trabalho – GT para elaboração do Plano Anual de
117 Diretrizes de Aplicação dos Recursos da compensação ambiental - PADAR/2011;
118 após deliberação dos membros do colegiado, a Câmara decidiu pela criação do GT,
119 composto por seis servidores da SUGAP e da SUPEM, com prazo de até 60 dias
120 para entrega do produto. Decidiu-se ainda pela criação de um terceiro Grupo de
121 Trabalho, Composto por três servidores da UAG e da PROJU, com prazo de até
122 quarenta e cinco dias, a fim de definir um procedimento para arrecadação dos
123 recursos advindos das compensações ambientais. Por fim, foram aprovados os
124 critérios para as próximas reuniões, que continuarão acontecendo bimestralmente,
125 conforme calendário apresentado, sendo que as pautas deverão ser elaboradas
126 antes de cada reunião e não de forma anual, como proposto. Nada mais foi dito
127 nem decidido. Eu, SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA, membro da Secretaria Executiva



128 da CCA, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada pelos membros
129 abaixo.

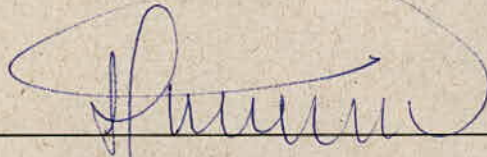
NILTON REIS BATISTA JÚNIOR
Presidente da Câmara de Compensação Ambiental

ALESSANDRA DO VALLE ABRAHÃO SOARES
Unidade de Administração Geral – UAG

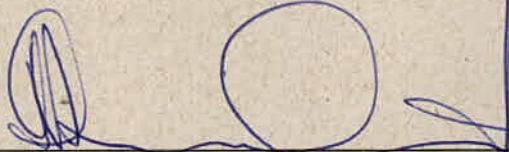
PAULO CÉSAR MAGALHÃES FONSECA
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA BUENO
Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP

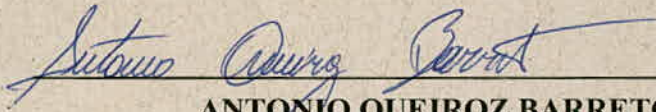
LEIDER ALVES DE OLIVEIRA
Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento
e Educação Ambiental – SUPEM



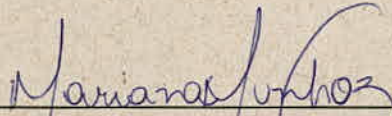
ANDRÉA DA ROSA PEREIRA
Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento
e Educação Ambiental – SUPEM



DALIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO
Superintendência de Licenciamento e Fiscalização – SULFI



ANTONIO QUEIROZ BARRETO
Superintendência de Licenciamento e Fiscalização – SULFI



MARIANA MUNHOZ DA MOTA
Procuradoria Jurídica do IBRAM – PROJU



RICARDO RORIZ
Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

ATA 1ª Reunião Ordinária